

Editorial

Renascer das águas

O nº 5 do OlhareSeguros e primeiro do ano 2001 prossegue a sua tarefa de divulgação de projectos que integram o Contrato de Cidade - visita-se desta vez a Casa da Vila Nova, projecto dirigido a toxicodependentes com percursos de marginalização social, bem como vários materiais relativos à investigação sobre o sentimento de insegurança.

Neste novo alento que sempre trás a Primavera, o OlhareSeguros também quis dar sinais de renovação: vestiu-se dum novo arranjo gráfico e, no seu interior, criou novas secções. Uma delas destina-se a pormenorizar os materiais de investigação: para além de apresentarmos os resultados dos estudos em curso no OPS, damos conta também dos dados mais ou menos em bruto com os quais se constróem hipóteses e conclusões sobre os fenómenos da insegurança urbana e do sentimento de insegurança (ver secção Materiais de Investigação). Por outro lado, iniciámos neste número uma secção que dá espaço à vivência pessoal do sentimento de insegurança por parte de diferentes actores da cidade. Trata-se de registar em discurso directo a experiência da cidade tal qual é sentida pelos seus habitantes, posicionados em diferentes níveis de centralidade e protagonismo em relação a ela. Na secção Depoimentos registamos, desta vez, o discurso dum habitante de um dos bairros sociais mais conhecidos do Porto. De que têm medo aqueles que, habitualmente, são vistos como figuras da insegurança urbana? Que apresenta de ameaçador a cidade para aqueles que o discurso oficial classifica como os agentes da desviância, da desordem e da insegurança?

Estas novas propostas - desde o grafismo ao conteúdo - ocorrem num contexto difícil para o OPS. Com efeito, tínhamos previsto para o ano 2000 um vasto conjunto de investigações que só muito parcialmente puderam ser levadas a cabo, dada a falta de resposta em tempo útil por parte do Ministério da Administração Interna relativamente ao interesse que estas lhe suscitavam - o que teve, obviamente, reflexos no financiamento do OPS.

Esta perturbação temporária do funcionamento do OPS parece, enfim, em vias de resolução, viabilizando um projecto que tem constituído a única experiência portuguesa de estudo sistemático e científico do fenómeno da insegurança, bem como da avaliação de projectos actualmente em curso, também no âmbito do Contrato Cidade, dirigidos a grupos de risco e a actores do comportamento desviante.

Não se trata de reivindicar uma existência para o OPS baseada numa espécie de princípio de permanência das instituições para lá da sua utilidade. O OPS nasceu por vontade política de compreensão de sinais de transformação da sociedade portuguesa, numa altura dos nossos destinos colectivos em que o medo à cidade, o receio da criminalidade e o aumento do sentimento de insegurança foram ganhando uma dimensão incontornável. Num contexto destes, justificar-se-ia o aprofundamento destes fenómenos, apoiado mais na razão científica do que no terreno movediço dos debates mediáticos, normalmente construídos sem distância crítica, em pleno calor de acontecimentos inquietantes.

Apesar dos danos causados ao bom curso das pesquisas pela falta de financiamento de vários projectos que considerávamos importantes, foi possível manter o carácter "permanente" do Observatório graças ao apoio da Câmara Municipal do Porto, bem expresso na pessoa da vereadora Dr^a Maria José Azevedo, que nunca duvidou da viabilidade dum projecto que ela própria ajudou a criar. Terminado o mais longo inverno das últimas décadas, renasça o OPS das águas - já que também nunca chegou a estar em cinzas...